

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - UNIVESP

Chave de correção final da Prova Discursiva – QUESTÃO N° 02

1.QUESTÃO

Redija um texto dissertativo, **que contenha de 10 a 15 linhas**, acerca do Município na Federação brasileira, que aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- I. a autonomia político-constitucional dos Municípios;
- II. a natureza e os tipos de competências municipais conforme a Constituição Federal de 1988.

2. ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO (CRITÉRIOS) e PONTUAÇÃO

2.1. CRITÉRIO ASPECTO FORMAL – 5,0 pontos

Domínio da norma culta da língua, no seu registro formal; pontuação, ortografia, concordância, regência, uso adequado de pronomes, emprego de tempos e modos verbais.

2.2. CRITÉRIO ASPECTO TEXTUAL – 5,0 pontos

Respeito à estrutura da tipologia textual solicitada, paragrafação; uso adequado de conectivos e elementos anafóricos, observância da estrutura sintático-semântica dos períodos.

2.3. CRITÉRIO ASPECTO TÉCNICO – 10 pontos

Atendimento à proposta temática, seleção e organização de argumentos consistentes que fundamentem a tese, demonstração do conhecimento jurídico, progressão temática coerente, propriedade vocabular, clareza, apropriação produtiva e autoral do recorte temático, CONFORME DISPOSIÇÃO A SEGUIR:

Com a Constituição Federal de 1988 (CF/88) o Município foi elevado à condição de ente autônomo da Federação brasileira. Quer dizer, passou a possuir a tripla capacidade de: editar suas próprias leis, inclusive para criar tributos; executar suas próprias leis (autoadministração); e se autogovernar, isto é, escolher representantes políticos próprios (prefeito e vereadores). (4,0)

A CF/88 estabelece que o Município detém competências de natureza legislativa e administrativa. Os Municípios possuem competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber. Vale dizer, os Municípios podem legislar para responder a demandas locais que não são atendidas pelas leis existentes da União e do respectivo Estado (3,0)

Ao lado disso, os Municípios possuem competência administrativa comum com a União, os Estados e o Distrito Federal sobre temas conectados aos objetivos da República Federativa, como, o combate à pobreza, a proteção das pessoas com deficiência e a proteção do patrimônio histórico e cultural, entre outros. Sobre tais matérias, os Municípios podem atuar de forma colaborativa, conforme normas estabelecidas por leis complementares, com os demais entes federativos, para a promoção do desenvolvimento e bem-estar nacional (3,0).

Total: 20 pontos.